

LEI Nº 5.128, DE 11 DE MAIO DE 1964.

Arrecada, como renda do Estado, as
custas e emolumentos que especifi-
ca.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu san-
ciono a seguinte Lei:

Art. 1º - As custas e os emolumentos atribuídos aos Desembarga-
dores, Juiz Corregedor, Juizes de Direito, Juizes de Direito Substitutos
e membros do Ministério Público, excluídos os Juizes Preparadores e Sub-
Promotores de Justiça e constantes do Regimento de Custas e demais legis-
lação em vigor, passarão a ser arrecadados, como renda do Estado, por
meio de talões.

Art. 2º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publi-
cação.

Art. 3º - Ficam expressamente revogados o artigo 1º da Lei nº
936, de 13 de novembro de 1953 e tôdas as demais disposições que, impli-
cita ou explicitamente, contrariarem os preceitos desta Lei.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 26 de
maio de 1964, 76ª da República.

MAURO BORGES TEIXEIRA
(D.O. de 04/06/1964)